



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Celeste Gobbato, 229 - Bairro Praia de Belas - CEP 90110-906 - Porto Alegre - RS - www.tjrs.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA - Contratação Externa para Ações Formativas

1. OBJETO

Contratação de **docente externo** para realização da ação formativa de interesse do TJRS, demanda da 3ª Vice-Presidência, sobre o tema Aprofundamento sobre LGPD, com o objetivo de auxiliar os(as) magistrados(as) e servidores(as) a enfrentar os novos desafios trazidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei n. 13.709/2018, a fim de qualificar a força de trabalho do Poder Judiciário do RS. Curso preferentemente na modalidade EAD Híbrida, com carga horária de 20 horas-aula, para ser realizado no 2º semestre de 2024. Deverá ser privilegiado o uso de metodologias ativas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O curso "Aprofundamento sobre LGPD" é uma demanda da 3ª Vice-Presidência, e surge da necessidade de auxiliar os(as) magistrados(as) e servidores(as) a enfrentar os novos desafios trazidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei n. 13.709/2018. Essa lei entrou em vigor no ano de 2020, com as sanções administrativas sendo aplicadas a partir de 2021 e seu regulamento sendo estabelecido somente em 2023.

Capacitar os profissionais deste Tribunal é essencial, pois proporciona conhecimento sobre como lidar com questões relacionadas à proteção de dados pessoais, privacidade e segurança da informação, bem como compreender os princípios, obrigações e responsabilidades estabelecidos pela LGPD é fundamental para garantir o cumprimento das leis e regulamentos pertinentes, especialmente no contexto judicial. Ao adquirir esse conhecimento mais profundo sobre a LGPD, os servidores e magistrados estarão mais capacitados para tomar decisões informadas, proteger os dados confidenciais dos cidadãos e garantir a integridade e imparcialidade dos processos judiciais. Em última análise, o curso de aprofundamento sobre a LGPD é essencial para aprimorar as atividades-fim do Tribunal de Justiça, garantindo uma abordagem responsável e eficaz no tratamento de dados pessoais.

Durante a pesquisa de mercado realizada, foi identificado o profissional João Araújo Monteiro Neto (currículo lattes 6667337), que é reconhecido por sua ampla expertise no tema de Proteção de Dados Pessoais, possuindo um PhD e diversas outras capacitações que atestam sua competência no tema, conforme será observado abaixo no item 3. Destaca-se que a formação ora pretendida deve carregar um grau de vastidão tal que aborde com profundidade os temas relacionados à Proteção de Dados Pessoais, conforme determinação da Presidência do Comitê Gestor de Proteção de Dados, constante do processo SEI nº 8.2021.6451/000168-0.

3. DESCRIÇÃO DA AÇÃO FORMATIVA

Curso: Aprofundamento sobre LGPD.

Modalidade: EAD Híbrida

Carga horária total: 20 horas-aula.

Metodologia: o curso será na modalidade EAD Híbrida, com carga horária de 20 horas-aula,

desenvolvidas por meio do ambiente virtual de aprendizagem do CJUD - Moodle, e por meio da plataforma de videoconferência Zoom. O momento inicial de ambientação terá uma duração de 2 horas/aula, dedicadas ao entendimento da proposta do curso e para facilitar a interação inicial entre os participantes e o tutor/tutora, por meio do fórum de apresentação. Além disso, esse período servirá para que todos se familiarizem com a plataforma Moodle. Durante este módulo introdutório, será fornecido um tutorial sobre as principais funcionalidades do ambiente virtual que serão utilizadas pelos participantes, além de um vídeo de boas-vindas.

A metodologia adotada ao longo do curso, tanto no ambiente virtual síncrono quanto assíncrono, será baseada na utilização da ferramenta Moodle. Os debates serão direcionados por meio de textos e temas específicos, com o objetivo de discutir casos concretos apresentados, bem como realizar análises de textos fornecidos nas aulas expositivas e dialogadas sobre os temas abordados. A participação ativa de cada cursista será incentivada, visando o desenvolvimento e aprimoramento de suas habilidades interpretativas e críticas. De acordo com as diretrizes da Enfam, está prevista a destinação de 40% da carga horária para a aplicação das estratégias mencionadas.

A proposta avaliativa abrangerá a avaliação diagnóstica, de aprendizagem, do desenvolvimento do curso e de desempenho do Formador. O processo avaliativo será realizado a partir da integração das funções diagnóstica, formativa e somativa, visto ser considerado um processo dinâmico e presente em todos os momentos das ações educativas e, desta forma, permitindo o desenvolvimento de uma escola reflexiva. A **avaliação formativa** da avaliação será utilizada como concepção inspiradora para as práticas educativas, pois esta atribuição perpassa e conclui todo o processo pedagógico, além de primar pela valorização e encorajamento dos(as) cursistas e avaliadores de forma ética, responsável, humanista e emancipadora a partir da perspectiva da confluência de critérios, de valores éticos e na busca da qualidade nos processos de ensino e aprendizagem.

Considerando o direcionamento proposto pela Enfam, a avaliação como prática formativa (processual) deverá ser realizada através da articulação das seguintes modalidades: avaliação da aprendizagem, avaliação da ação educacional (avaliação de reação), avaliação do desempenho do formador (docente), avaliação institucional e a avaliação de impacto. Serão elaboradas orientações assertivas com o foco nas regulações das aprendizagens - o *feedback* - a fim de fornecer informações sobre o processo de ensino e aprendizagem, para qualificar e melhorar o resultado das práticas educativas.

Os certificados são emitidos pelo CJUD aos(às) concluintes do curso, que tiverem aproveitamento e frequência, sendo necessário, no mínimo, alcançar média final 7,5 (de 0,0 até 10,0) e ter frequência mínima de 75% no curso.

Ementa: Aspectos Contextuais e Conceituais do Ecossistema de Proteção de Dados Pessoais no Mundo e no Brasil. O Sistema Legal de Proteção de Dados Pessoais (Obrigações e Responsabilidades). O sistema legal de proteção de dados pessoais estabelecido pela LGPD (Princípios e Bases Legais). Contexto de aplicação e regras de exclusão da LGPD no Brasil. Governança e Segurança da Informação no Âmbito da LGPD: estratégias de governança de dados pessoais nos setores privado e público. Medidas de segurança da informação: prevenção e resposta a incidentes. Privacy by Design e by Default. Impactos da proteção de dados no cotidiano contexto do judiciário.

Corpo Docente: João Araújo Monteiro Neto é PhD em Direito pela Universidade de Kent no Reino Unido, possui curso de Aperfeiçoamento em Resposta a Incidentes pela Organização dos Estados Americanos em parceria com o Instituto de Cibersegurança da Espanha (INCIBE) e a Universidade de Leon na Espanha. É ex-pesquisador da Universidade de Malta e Voluntário no Mandato do Relator Especial da ONU para o Direito à Privacidade. É professor de Direito Digital, Proteção de Dados Pessoais e Engenharia Jurídica no curso de Direito da Universidade de Fortaleza, além de advogado especializado em Proteção de Dados e Privacidade, Presidente da Comissão de Direito Digital da OAB/CE. Certified Information Privacy Professional/Europe (CIPP/E) pela International Association of Privacy Professionals (IAPP) e Privacy Fellow pela Onetrust. Coordenador do Grupo e Estudos de Estudos em Tecnologia, Informação e Sociedade - GETIS e com atividades nas áreas de Direito da Tecnologia da Informação, Governança e Regulação da Internet, Digital Human Rights, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, Inteligência Artificial e Cibersegurança.

Investimento total: R\$ 5.000,00.

Investimento total por aluno: R\$ 125,00.

Valor da hora/aula: R\$ 250,00.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação do curso "Aprofundamento sobre LGPD" deve ser realizada considerando critérios pedagógicos essenciais para o eficaz desenvolvimento da ação educativa. Estes critérios englobam:

- Conteúdo programático que aborde: Aspectos Contextuais e Conceituais do Ecossistema de Proteção de Dados Pessoais no Mundo e no Brasil. O Sistema Legal de Proteção de Dados Pessoais (Obrigações e Responsabilidades). O sistema legal de proteção de dados pessoais estabelecido pela LGPD (Princípios e Bases Legais). Contexto de aplicação e regras de exclusão da LGPD no Brasil. Governança e Segurança da Informação no Âmbito da LGPD: estratégias de governança de dados pessoais nos setores privado e público. Medidas de segurança da informação: prevenção e resposta a incidentes. Privacy by Design e by Default. Impactos da proteção de dados no cotidiano contexto do judiciário.
- Carga horária mínima de 20 horas-aula.
- Modalidade EAD Híbrida.
- Ambiente Virtual de Aprendizagem do CJUD - Moodle.
- Plataforma de videoconferência Zoom.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DA AÇÃO FORMATIVA

A atividade educativa será oferecida na modalidade EAD Híbrida, combinando aulas síncronas e assíncronas. As aulas síncronas serão conduzidas por meio da plataforma de videoconferência Zoom, enquanto as aulas e atividades assíncronas estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem do CJUD - Moodle. A carga horária total será de 20 horas-aula. O público-alvo inclui magistrados e servidores de 1º e 2º grau de jurisdição do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Não se aplica.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá após o ateste referente à plena execução dos serviços contratados.

Execução das ações de capacitação previstas neste Termo de Referência com utilização de metodologias ativas, fornecimento de material atualizado, e ao final da ação formativa, envio da lista de frequência e de cursistas aprovados, reprovados e evadidos para o e-mail cjudcursos@tjrs.jus.br, caso o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle não forneça o relatório correspondente automaticamente.

Possuir o fornecedor e/ou contratado documentação válida no momento do pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Conforme especificações técnico-pedagógicas necessárias e suficientes para atendimento da necessidade da contratação, devendo o fornecedor e/ou contratado possuir documentação válida, no que se refere à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e de qualificação técnica (CND, FGTS, CADIN e CFIL), além do cadastro no AFE e encaminhar a Declaração de não parentesco exigida pelo Conselho Nacional de Justiça.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

R\$ 5.000,00.

Será certificada oportunamente no curso do processo.



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Fraga Gheno, Chefe de Núcleo**, em 10/05/2024, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6667052** e o código CRC **AF068F78**.